

Os dois Ricardos

Carlos Águeda Nagel Paiva
Professor da UFU

Introdução

Mui justamente, Ricardo divide com Smith o título de pai da Economia Política. É bem verdade que o segundo, além da prioridade temporal, trabalha em um campo teórico mais amplo que o primeiro, demonstrando, inúmeras vezes, uma audácia e uma fecundidade intelectual que Ricardo não alcança disputar. Contudo - e até mesmo em função de sua anterioridade e amplitude teórica -, a obra de Smith é muito menos "organizada" que a de Ricardo. E os reflexos desta "desorganização relativa" não se resumem às (tantas vezes apontadas) contradições teóricas presentes na obra do autor. Muito mais importante que tais contradições, é o fato de que o tratamento "impressionista" que Smith acaba dispensando a suas idéias mais originais cerceia a transformação das mesmas em categorias e modelos capazes de funcionar como pólos atratores de uma reflexão (e até de uma escola) genuinamente "smithiana".

Diferentemente, os desenvolvimentos teóricos de Ricardo são objeto de um tratamento tão rigoroso que poder-se-ia dizer que eles virtualmente *solicitam* formalização. Só que, simultaneamente, o rigor ricardiano não se impõe de forma "abstrata" ou "dogmática"; ele não é trabalhado como um instrumento de simplificação forçada da complexidade imanente ao seu objeto teórico. Antes pelo contrário, Ricardo faz questão de explicitar as contradições teóricas com as quais se depara à medida em que, justamente, busca enfrentar de forma rigorosa a questão da tendência da evolução das categorias de rendimento em uma economia capitalista fechada que se reproduz de forma ampliada.

Ora, esta síntese ímpar de rigor e (rica) contradição vai transformar a obra de Ricardo no pólo atrator da reflexão teórica em Economia que a obra de Smith não alcançou ser. A consequência mais imediata deste fato é que, em torno de Ricardo, vai se consolidar a primeira grande escola de Economia, cuja hegemonia será incontestada durante quase meio-

século após sua morte. Mas ainda mais importante do que esta consequência primeira é o fato de que as distintas tentativas de dar uma solução às contradições *ricardianas* - quer fundando-as no real (como no marxismo), quer negando-as logicamente (como no neoclassicismo), quer equacionando-as formalmente (como no neo-ricardianismo) - estarão no epicentro de todo o desenvolvimento da "ciência econômica" pós-clássica. Vale dizer: do nosso ponto de vista, se o pensamento econômico moderno é hegemonizado por correntes (de alguma forma) críticas ao ricardianismo, a própria emergência destas correntes só é plenamente compreensível quando se tem em consideração, tanto as questões abertas, quanto as contribuições positivas postas na obra de Ricardo¹.

É bem verdade que, após o aparecimento da obra maior de Sraffa (ou, talvez, desde a publicação da célebre "Introdução" do mesmo autor aos *Princípios* de Ricardo), uma interpretação tão "inclusiva" e "deferente" da obra ricardiana caiu em desuso. É como se o resgate de Ricardo feito por Sraffa - ao formalizar e encapsular a construção teórica daquele primeiro em uma modelagem particularmente rígida - tenha servido para "jogar água no moinho de Schumpeter", que já ousou pretender - contra Marx e Marshall - que a "obra [de Ricardo] constitui, de fato, um desvio e fica fora da linha histórica dos esforços dos economistas"².

Ora, que a leitura sraffiana de Ricardo - que transforma este autor num precursor da crítica à teoria neoclássica do capital (quando não da própria teoria do valor-trabalho!) - seja capaz de fazer o legítimo fundador da "ortodoxia econômica" parecer o mais heterodoxo dos economistas do século XIX, não pode ser motivo de estranhamento. É uma interpretação possível; e compreensível quando se origina em um autor cujas contribuições teóricas vão justamente no sentido de desenvolver aquela crítica. O que deve ser questionado - e entendido! - é a ampla absorção desta leitura entre os intérpretes contemporâneos da história do

pensamento econômico.

Para que se entenda este ponto, contudo, é preciso que se note que, antes de Sraffa, já Schumpeter fazia uma interpretação de Ricardo que não o tornava apenas “heterodoxo”, mas um legítimo pré-sraffiano. Do nosso ponto de vista, isto implica dizer - tendo em vista a inquestionável capacidade analítica e teórica de Schumpeter, que o qualifica como um dos maiores (senão o maior) historiador do pensamento econômico de todos os tempos - que a leitura “neo-ricardiana de Ricardo” é não apenas sólida, como é a leitura mais imediata, mais simples, que brota de forma mais natural na obra deste autor.

Só que é preciso que se entenda *também* que, se a leitura sraffiana (e schumpeteriana) de Ricardo não é falsa, tampouco o será a leitura de Marx e Marshall, dois autores de capacidade e produtividade intelectual inquestionável que insistem em tomar os *Princípios* daquele primeiro como uma referência teórica privilegiada. **O que nos leva a concluir que não há um único Ricardo; há, pelo menos, dois; e, quiçá, múltiplos.**

É interessante observar, que esta conclusão algo inusual é francamente corroborada pelos desdobramentos lógicos de nosso diagnóstico anterior do caráter tenso da relação entre “rigor” e “contradição” no interior da obra ricardiana. Como apontamos acima, Ricardo não trabalha no sentido do escamoteamento das contradições que emergem em sua obra. Mas tampouco as interpreta como um sinal de “riqueza teórica”, e sim como fruto de insuficiências analíticas que (mais do que solicitar) *exigem* enfrentamento. E o próprio Ricardo definirá uma estratégia de enfrentamento destas contradições: após apresentar a complexidade do objeto e anunciar o equívoco associado ao mero “escamoteamento” da mesma, nosso autor busca determinar as condições modelístico-ideais necessárias para que o sistema teórico considerado gere trajetórias e resultados não-contraditórios e bem determinados.

Assim, a depender d’ (os interesses teóricos que sustentam) a leitura feita da obra de Ricardo, é possível centrar-se a atenção, seja no resgate da “complexidade” do real feita por este autor, seja nas “simplificações forçadas” que o mesmo impõe à realidade com vistas a obter resultados unívocos. Marx opera na primeira perspectiva. Schumpeter, na segunda. E é baseado nesta perspectiva que o

último autor dirá:

“A visão integrada da interdependência universal de todos os elementos do sistema econômico, que aparecia constantemente a Thünen nunca tirou a Ricardo mais do que uma hora de sono. Seu interesse concentrava-se no resultado claro, de significado direto e prático. A fim de conseguir isso, ele cortava em pedaços o sistema geral, juntava, tanto quanto possível, largas partes deste e punha-as no congelador - de forma que o máximo de coisas possível pudesse ser congelado e considerado ‘dado’. Empilhava, então, as hipóteses simplificativas, umas sobre as outras, até que, tendo de fato estabelecido tudo através dessas hipóteses, ficava apenas com umas poucas variáveis agregativas, entre as quais, dadas aquelas hipóteses, estabelecia relações unidirecionais, de forma que, no fim, os resultados desejados surgissem como tautologias. Por exemplo: uma famosa teoria ricardiana é a de que os lucros ‘dependem do’ preço do trigo. E sob suas hipóteses implícitas e no sentido particular no qual os termos da proposição devem ser entendidos, isto não é só verdade, mas também uma verdade incontestável, e mesmo trivial. Os lucros nunca poderiam depender de outra coisa, uma vez que tudo o mais era ‘dado’, isto é, congelado. É uma teoria excelente que não pode ser refutada, e nada lhe falta, exceto sentido. Ao hábito de aplicar resultados desta espécie à solução do problema prático chamaremos ‘vício ricardiano’.”³

Ora, há quem possa se incomodar com o “tom” jocoso e desrespeitoso com que Schumpeter trata a obra de Ricardo. Mas não há como negar consistência à sua crítica, cuja essência é dada pela recusa à imposição de cláusulas *coeteris paribus* teoricamente indefensáveis para obter resultados determinados.

E, neste sentido, é importante observar que a crítica de Marx a Ricardo - cuja essência é, também, de caráter metodológico - tem uma interface significativa com a crítica de Schumpeter. É bem verdade que, menos do que o uso da cláusula *coeteris paribus*, Marx centrou suas críticas no abuso da cláusula “*as if*”⁴. Assim é que Marx repetidas vezes atacou as sínteses apressadas ricardianas, suas tentativas vãs de “varrer para baixo do tapete” a complexidade real, de abafar as contradições iminentes aos fenômenos concretos, buscando “*de imediato* provar a congruência entre as categorias

econômicas”⁵. É dentro deste quadro mais geral que se situam (e podem ser compreendidas) as críticas particulares de Marx às equivocadas tentativas ricardianas de subsumir os preços aos valores, os preços de mercado aos preços naturais, a renda em geral à renda diferencial, o lucro à mais-valia. E, para Marx, quando este conjunto de equívocos é enfrentado, o que fica transparente é a inconsistência da teoria ricardiana da distribuição e de seu desdobramento fundamental, a “lei da queda da taxa de lucro”⁶.

Só que, para Marx - à diferença de Schumpeter - a obra de Ricardo não pode ser avaliada com base tão somente em sua “viciosa” tendência de subsumir o concreto no abstrato. E isto na medida em que as tentativas ricardianas de “escamotear o complexo” a partir de “abracadabras” analíticos não revelariam o conteúdo profundo da obra deste autor. Nesta, o movimento que conduz à simplificação da realidade é sempre (re)negado pela (re)afirmação de sua complexidade essencial.

O problema é que Ricardo realiza este segundo movimento quase que “a contragosto” e de forma apenas parcialmente consciente; como um movimento que “se impõe ao próprio autor”, que está “em si” em sua obra, mas não é genuinamente “para si”. Na verdade, **Marx ousa pretender** - e aqui está o núcleo legítimo de sua diferença interpretativa com Schumpeter - **que Ricardo não tem plena consciência sequer do efetivo conteúdo de seu objeto de pesquisa.**

“Ricardo, a quem interessava conceber a produção moderna na sua articulação social determinada, e que é o economista da produção por excelência, afirma mesmo assim que não é a produção, mas sim a distribuição que constitui o tema propriamente dito da Economia moderna. Aqui ressurgue novamente o absurdo dos economistas que consideram a produção como uma verdade eterna, enquanto proscrevem a História ao domínio da distribuição.”⁷

Vale a pena observar que a crítica marxiana da “inconsciência do objeto” é, na verdade, apenas a outra face da crítica da “inconsciência (e inconsistência) do método” em Ricardo. E isto desde logo porque, ao postular que “determinar as leis que regulam ... [a] distribuição é a principal questão da Economia Política”⁸, Ricardo sente-se obrigado a proporcionar um tratamento analítico do tema, com

vistas à articulação de um “modelo distributivo”. E o que se quer deste modelo não é pouco: ele tem de ser capaz de gerar previsões bem determinadas da evolução relativa das categorias de rendimento em uma economia expansiva. O que só é possível - como regra geral - a partir da imposição de algum tipo de simplificação e de cláusulas “coeteris paribus”. E aqui é que o problema se coloca: tendo em vista o estreito e limitado arcabouço teórico-analítico e metodológico ricardiano, a “regra geral” supracitada se imporá a partir do “congelamento relativo” da produção (via “lei de Say” e pressuposição de estabilidade do padrão técnico-produtivo) associado à supressão teórica dos elos entre os processos produtivo e distributivo. E o resultado de todo este movimento não poderia ser outro: **o (auto-declarado) centro objetual de Ricardo é aquele onde seus desvios metodológicos se manifestam de forma mais cabal.**

Por isto mesmo - e contraditoriamente - é na (pretensa) “periferia” de sua obra - vale dizer, **na teoria da produção, que vai da teoria do valor à teoria do progresso técnico** - que Ricardo reconhece e trabalha teoricamente a complexa interrelação entre as diversas dimensões do processo de reprodução econômica. É aí que se abre mão das “hipóteses heróicas” e a interação dinâmica entre produção, distribuição e intercâmbio se impõe. E o resultado deste interagir é, nada mais, nada menos, do que pôr por terra a “conclusão” de que, em última instância, o lucro é função do preço do trigo”. Este é o Ricardo rico; e este é o Ricardo de Marx.

Mas se há (pelo menos) dois Ricardos, é preciso dar, a ambos, o tratamento que merecem no interior do história do pensamento econômico. E não se deve temer as contradições que possam emergir deste tratamento (algo “esquizofrênico”) da obra de Ricardo. Afinal, a contradição é do “real”, e não da interpretação. Pois, *de fato há dois Ricardos*; dois Ricardos que geram frutos distintos, deixam marcas distintas e abrem caminho a distintos “paradigmas” econômicos. É esta dualidade *real* que procuraremos fazer emergir nas duas seções subseqüentes deste capítulo.

A teoria “pura” ricardiana da distribuição e dos preços (ou, “O Ricardo de Schumpeter e Sraffa”)

A associação entre teoria dos preços e teoria da distribuição é tão antiga quanto a Economia Política.

Já Adam Smith, em uma das versões de sua tão controversa quanto rica teoria do valor, chamava a atenção para o fato de que os preços, sendo determinados pelos custos de produção, se reduziam - a partir de um exercício teórico de "integração vertical" - às diversas categorias de rendimento econômico. Smith porém não deixava claro (a despeito das sinalizações, postas em sua versão "trabalho incorporado" da teoria do valor) qual a qualidade da relação entre rendimentos e valor de troca. Havendo uma relação funcional entre ambos, qual(is) seria(m) a(s) variável(is) independente(s) e qual(is) a(s) dependente(s)? As alterações nas taxas de salário ou juros afetariam os "preços naturais"? Ou seriam as alterações nestes últimos que afetariam as categorias de rendimento?

A tentativa de enfrentar o quadro de indeterminação em que Smith deixara a relação entre preços e rendimentos estrutura toda a teoria ricardiana da distribuição. A dedicação de Ricardo a esta questão não emerge, contudo, de uma curiosidade abstrata, determinada tão somente pela (pretensa) relevância teórica e complexidade lógica do tema. **Na realidade, toda a perspectiva teórica de Ricardo é essencialmente pragmática, e é só dentro desta perspectiva que se pode compreender tanto seu interesse pelo tema "distribuição", quanto o papel que a teoria dos preços ocupa no interior de sua construção.** Ou, para ser mais claro: a eleição da **distribuição** como tema central de suas reflexões diz respeito a uma leitura mais geral deste objeto como síntese da dimensão especificamente social-histórica (e, portanto, passível de transformação consciente) da "economia". Neste sentido, é a presença da **distribuição** como objeto que torna o mundo da "economia", o mundo da "Economia Política"; é a **distribuição** que justifica a emergência de um discurso (científico) sobre a economia; um discurso que se volta essencialmente para o **Estado**, enquanto a única instituição capaz de (a partir prioritariamente da "política fiscal") alterar e regular a dinâmica de realização das leis tendenciais de desenvolvimento da distribuição da renda.

Mas, se é assim, os "preços" não são um objeto "em si". São, antes, uma espécie de "anti-objeto", um objeto que só se impõe para ser descartado; vale dizer, que só se impõe para que a demonstração da autonomia essencial do processo distributivo e do processo de formação de preços seja rigorosa e irretorquível.

Os fundamentos primeiros desta cisão são mais ou menos evidentes. Afinal, diferentemente da distribuição, o processo de formação de preços não tem a aparência de um processo social e histórico. Em uma economia competitiva, este é um processo que se realiza de forma inconsciente - como se fora "natural" - a partir de determinações postas pela concorrência. Mas isto não torna o processo de formação de preços uma simples função do intercâmbio. Na verdade, o papel da concorrência é, aqui, apenas o de impor a adequação dos preços aos custos de produção.

Ora, Ricardo dispõe já na tradição smithiana de uma teoria do valor que o funda inteiramente no processo produtivo: a teoria do valor-trabalho (incorporado). Seu fundamento primeiro (algo obscuro, tanto em Smith, quanto em Ricardo) se reduz ao reconhecimento de que o processo (humano) de produção se confunde com o processo de trabalho. Isto não significa apenas dizer (a obviedade de) que para produzir é preciso trabalhar. Significa também dizer que o processo de trabalho - entendido aqui como um processo que não se realiza no vácuo, mas que pressupõe instrumentos de trabalho, objetos de trabalho e meio de trabalho - é todo o processo de produção. O que nos permite: 1) expressar (vale dizer, mensurar, avaliar) o conjunto dos produtos a partir das horas de trabalho envolvidas em sua produção; e 2) agregar mercadorias sem qualquer consideração em torno das distintas formas físicas (e medidas de quantidade) das mesmas, obtendo mesmo uma medida da "produção social" (seu "volume") tomando-a pura e simplesmente como um conjunto de horas trabalhadas⁹.

Este "fundamento primeiro", contudo, se desdobra em uma teoria de preços relativos. E isto já na medida em que, na identificação entre "processo de produção" e "processo de trabalho", se coloca a leitura de que o trabalho, sendo a única contribuição humana ao processo de produção, é também o único custo (social e privado) de produção. Afinal, na perspectiva clássica, não há qualquer custo imanente à oferta de "terra" ou à oferta de "capital enquanto tal" (ou seja, enquanto montante de dinheiro posto em processo de valorização). A renda é meramente uma renda diferencial, que não entra nos custos de produção na terra marginal, a única que importa para a definição do preço dos bens agrícolas. E como o

capital só invade a cena da formação de preços enquanto um conjunto de insumos (reprodutíveis) que tem o seu próprio preço (de reprodução) incorporado ao custo da mercadoria de cuja produção participa, ele desaparece como variável autônoma do processo de determinação dos custos/preços na medida em que se refaz o exercício teórico smithiano de integrar verticalmente toda a produção social. Feito isto, o trabalho aparece não apenas como único insumo, mas como único custo (sob a forma de custo salarial). Como o salário é proporcional ao trabalho empregado, os custos são proporcionais ao trabalho empregado, e os preços também o serão.

E o equacionamento da questão dos preços desta forma dá, a Ricardo, a chave para o enfrentamento da questão distributiva. E isto não apenas porque ele permite extrair a contradição entre salários e lucros de forma simples e direta. Mas porque - se aceitamos a teoria (então) tradicional dos salários, que carrega o peso da autoridade de Quesnay e Smith - teremos que a taxa de salário é função primordial do preços dos bens necessários à subsistência e reprodução dos trabalhadores.

É bem verdade que a taxa de salário assim definida há de variar de país para país e de comunidade para comunidade, tendo em vista as especificidades históricas e culturais na definição do nível "mínimo de subsistência"¹⁰. É bem verdade, ainda, que esta mesma taxa de salário é apenas a taxa "natural", à qual o sistema *tende*, sem, contudo, jamais se prender à mesma, tendo em vista as flutuações da oferta e da demanda de trabalhadores. Por outro lado, há que se ver que estas duas considerações não tornam o sistema indeterminado. Apenas impõe à sua correta determinação que sejam levados em consideração as condições históricas e de mercado. Assim, dado o país em análise, e dadas suas condições históricas (ou seja, *dado* o nível de subsistência socialmente aceito) a taxa de salário se encontrará "essencialmente" determinada ao nível da subsistência, *desde que as condições de mercado sejam tais que a oferta de trabalhadores acompanhe as flutuações da demanda*¹¹.

Mas se os determinantes da taxa de salário são conhecidos - e, ao nível tendencial e de "longo prazo" ela pode ser tomada como "dada" - então a equação distributiva está resolvida! **Dada a produção** - que é função da capacidade produtiva (vale dizer, do

estoque de capital e da técnica disponível), **dada a renda da terra** - que é função da demanda de alimentos e matérias-primas e da heterogeneidade do solo e da produtividade agrícola - e **dada a taxa de salário** - função do padrão de subsistência e da demanda e oferta de trabalho - **o lucro fica igualmente determinado, como resíduo das demais categorias de rendimento**.

Ora, vale a pena observar que Schumpeter - descontada o tom jocoso e desrespeitoso que caracteriza seu tratamento da obra de Ricardo - apresenta a teoria ricardiana da distribuição em termos bastante similares aos desenvolvidos acima. Assim é que nos diz:

"[Ricardo] quase identifica a Economia com a teoria da distribuição, pretendendo que nada ou pouco tinha a dizer sobre 'as leis que regulam a produção total'. Esta opinião é estranha, embora deva ser desde logo acrescentado que ele nem sempre se fixava nela, como os seus capítulos sobre o comércio externo e a maquinaria mostram. A mesma nos permite, entretanto, formular o problema fundamental que Ricardo queria resolver em termos de uma equação a quatro variáveis - a produção líquida é igual ao aluguel da terra, mais os lucros, mais os salários (tudo medido em valores ricardianos ...) . E ainda faz mais por nós. Livra-nos de uma dessas quatro variáveis. Pois, uma vez que nada temos a dizer sobre a produção líquida total, podemos considerar seu montante, qualquer que seja, como dado. Destarte, partimos realmente de uma equação que só contém três variáveis. Mas uma equação a três variáveis ainda é um problema insolúvel. Assim sendo, Ricardo (cap. 2) coloca-se numa margem da produção agrícola cujo aluguel da terra é zero. ... Tendo essa teoria do aluguel da terra preenchido seu único objetivo que é o de eliminar uma outra variável em nossa equação, ficamos, na margem da produção, com uma equação e duas variáveis - um problema ainda insolúvel. Todavia, ... os salários também não são uma variável, pelo menos dentro dessa equação. Ele pensava saber, por considerações externas, o que os mesmos serão no longo prazo: entra aqui a velha teoria de Quesnay, reforçada pela teoria da população de Malthus - os salários serão precisamente iguais ao que é necessário para permitir aos 'aos trabalhadores em conjunto, subsistir e perpetuar sua raça sem aumentar ou diminuir'. E chegamos assim ao fim abençoado: o lucro, a única variável restante,

também é determinada. Se o leitor assim quiser, chame esse remendo de engenhoso, mas não negue que é um remendo - e, como tal, um remendo bastante original¹².

Mas se Schumpeter identifica em Ricardo a mesma lógica de desenvolvimento do argumento do caráter residual dos lucros que apontamos anteriormente, seu tratamento da teoria do valor parece ser distinto do nosso. Pelo menos na passagem citada Schumpeter não expõe o desenvolvimento da teoria do valor trabalho como um processo paralelo e coetâneo (ainda que formalmente independente) ao desenvolvimento da teoria da distribuição. E tampouco faz este movimento quando se volta especificamente ao estudo da teoria ricardiana do valor.

Contudo esta diferença de tratamento não é, de fato, substantiva. E isto por duas razões. Em primeiro lugar, porque, de fato, o desenvolvimento fundamental de Ricardo é o de - como aponta Schumpeter acima -, partindo da "equação distributiva de Smith", "demonstrar" a contradição entre salários e lucros tomando o trabalho como unidade de medida do produto, e, assim, como categoria a partir da qual se poderia enfocar o problema da distribuição *antes mesmo de se demonstrar sua congruência com os preços* (movimento este que se busca expressar - ainda que de forma particular - nas primeiras 9 equações do nosso sistema). Mas isto não é tudo. Nem o principal. O que efetivamente explica a pouca atenção dispensada por Schumpeter ao processo ricardiano de "derivação" da teoria do valor-trabalho é o fato "pueril" de que esta "derivação" não só é equivocada como Ricardo tinha - ao redigir os *Princípios* - plena consciência do seu equívoco.

De fato, as seções quarta e quinta do primeiro capítulo dos *Princípios* se destinam justamente a explicar que as relações de intercâmbio das mercadorias não são determinadas exclusivamente pelas quantidades de trabalho incorporadas, mas são influenciadas igualmente pelas diversidades setoriais no "emprego de maquinaria e de outros capitais fixos e duráveis", bem como "pela desigual durabilidade do capital e pela desigual rapidez de seu retorno ao aplicador"¹³. Contudo, a forma como Ricardo introduz o problema das discrepâncias entre trabalho incorporado e preços relativos é algo confusa, dando espaço - em uma leitura superficial

- para a impressão de que tais discrepâncias não apenas têm origem em uma "multiplicidade de fatores", como tratam-se (de alguma forma) de "desvios" de uma norma mais essencial e de validade universal.

A superação destes duplo equívoco de interpretação é, contudo, imediata se se retoma e (se refaz) o exercício teórico de "integração vertical" do processo de produção que - como defendemos acima - está na base do movimento ricardiano de derivação da teoria do valor trabalho. Só assim fica evidente que o "problema das discrepâncias" tem uma única origem: as temporalidades distintas de incorporação do trabalho frente à exigência capitalista de remunerações iguais para capitais iguais. Ou, como diz Schumpeter:

"... o reconhecimento do fracasso do princípio da quantidade de trabalho apareceu nas Seções 4 e 5 [dos *Princípios*]. Ali, Ricardo encarou o fato de que os valores relativos das mercadorias não são 'governados' exclusivamente pelas quantidades de trabalho nelas incorporado, mas também pela 'extensão de tempo que deve correr antes que' as mesmas 'possam ser levadas ao mercado'. Pois isto é o que compreende o seu argumento: uma proporção desigual entre a parte do capital que "deve sustentar o trabalho" e a parte que "é investida em ferramentas, maquinaria e prédios", e uma durabilidade desigual da última ou uma taxa desigual de rotatividade da primeira - que são os fatos discutidos - são relevantes para os valores relativos das produções somente por causa daquele elemento - tempo - que trazem para o quadro do processo produtivo."¹⁴

Ora, o que Schumpeter está nos dizendo é que, se Ricardo houvesse articulado com rigor suas descobertas teóricas, ele veria claramente que, independentemente do "lucro" não corresponder a qualquer "custo social real", as mercadorias que entram como insumo (e custo) dos diversos processos produtivos tem o lucro como parte de seus preços; com o que, o lucro exigido por cada capitalista nestes mesmos setores passa a ser proporcional não apenas ao montante de "salários" pagos em períodos de produção anteriores, mas também aos lucros gerados e incorporados. Isto equivale a dizer (como Sraffa o especificou de forma extremamente clara) que o exercício teórico de "integração vertical" de cada firma ou setor com

vistas a reduzir os custos de produção a salários/trabalho, só é corretamente levado a efeito se os diversos trabalhos são datados e ponderados pelo período de sua realização associado à taxa de lucros/juros vigente. Ou, em forma algébrica (onde V é o valor da produção, l é a taxa de lucro, s é a taxa de salário, e T é a quantidade de trabalho incorporado à produção), $V = (1 + l) s T_1 + (1 + l)^2 s T_2 + \dots + (1 + l)^n s T_n$.¹⁵

Fica claro neste sistema que duas mercadorias produzidas com a mesma quantidade de trabalho terão preços diferentes, a depender da distribuição temporal dos mesmos. Além disso, a distribuição de renda deixa de ser neutra no processo de determinação de preços, pois quanto maior a taxa de lucro, maior vai ser o peso dos trabalhos "pretéritos" *vis-à-vis* os contemporâneos; de tal forma que, com um aumento (queda) da taxa de lucros deve ampliar (diminuir) o poder de compra daquela mercadoria produzida com mais "trabalho pretérito" do que "contemporâneo", *vis-à-vis* aquelas mercadorias com uma estrutura temporal de produção oposta.

Ora, Ricardo não apenas tinha plena consciência deste conjunto de questões como chegava a apontar (sem muita ênfase, é verdade, por razões que procuraremos analisar na próxima seção) uma solução para o problema que se encontra no centro mesmo da contribuição de Sraffa: a construção de uma mercadoria-padrão que não apenas fosse produzida com padrões técnicos constantes (com a mesma quantidade de trabalho, diria Ricardo), mas com um padrão técnico tal que a distribuição temporal do trabalho correspondesse "à média" das distribuições nos diversos setores da economia¹⁶. Se assim fosse, as alterações na distribuição da renda afetariam os preços relativos, mas não afetariam o valor agregado da renda, pois ao mesmo tempo que algumas mercadorias teriam seus preços elevados frente a mercadoria que serve de padrão dos preços, outras tantas teriam seus preços rebaixados frente àquela.

Sem dúvida - como Sraffa o provou - esta é uma alternativa viável e logicamente consistente. E não há como negar que esta alternativa é rigorosamente ricardiana. Até porque ela só "salva" o modelo ricardiano de suas contradições lógicas, aprofundando seus já estreitos limites teóricos; vale dizer, aprofundando sua necessidade de apelar para

cláusulas *coeteris paribus* teoricamente indefensáveis, e jogando por terra a pretensão ricardiana de construir uma teoria econômica dinâmica, voltada à determinação das leis de tendência do sistema.

Isto significa dizer que a carência da solução de Sraffa é antes teórica de lógica. De fato, como adepto da teoria ricardiana "pura" da distribuição, ele não só defende como, num certo sentido, "prova" a "autonomia relativa" dos processos de formação de preços e distribuição. Só que esta prova parte do pressuposto de que: 1) a estrutura técnica de produção e as quantidades produzidas das diversas mercadorias são um "dado"; 2) que a distribuição é determinada exogenamente - e, de alguma forma, "previamente" - ao sistema de preços.

Schumpeter provavelmente diria que, fazendo isto, Sraffa apenas segue os passos de seu mestre, Ricardo. Mas isto não é totalmente verdadeiro. Em Ricardo a produção não é rigorosamente um "dado" *a priori*. Na verdade, ela é determinada (teoricamente) pela compulsão capitalista à acumulação (que se desdobra na lei de Say), pela pressuposição de estabilidade da relação capital/trabalho no curto prazo (que se desdobra na asserção de que o produto é função exclusiva do estoque de capital), pela circunscrição do salário ao nível da subsistência (e, a partir daí, a um certo conjunto de bens de consumo), e pela eficácia da concorrência em definir (a partir de cálculos de minimização de custos) a generalização de um dado padrão técnico de produção.

É bem verdade que cada uma destas hipóteses de Ricardo poderia ser objeto de críticas. Mas se Ricardo falha *teoricamente* - como é evidente em sua defesa da lei de Say -, é porque há uma *teoria* da distribuição e da produção nesse autor. O que já não se pode dizer de Sraffa, que se arroga o direito de simplesmente "postular" a magnitude das variáveis econômicas essenciais, como se isto fosse de alguma forma "inerente" (o que é uma falácia) ao grau de abstração (sem dúvida elevado) em que constrói seu sistema. De outro lado, ao definir a taxa natural do salário como o salário "de subsistência" (em determinado país e em determinado momento histórico), Ricardo não apenas procura trazer a determinação desta variável para dentro do objeto da economia, como faz a relação lucros/salários (vale dizer, a **distribuição**) depender do preço (vale dizer, das condições de **produção**) dos bens

agrícolas. É bem verdade que esta ponte entre produção e distribuição ainda é demasiado estreita e frágil, mas é um ponto de partida. E é um ponto de partida que Sraffa não pode alcançar.

Afinal, a grande “prova” sraffiana da contradição salários/lucros se embasa inteiramente na construção da mercadoria-padrão, capaz de “congelar” o valor do produto social quando varia a estrutura distributiva. Mas o problema é que esta mercadoria-padrão é construída a partir de um *dado* sistema produtivo, correspondendo - tal como Ricardo apontava - a uma espécie de “média ponderada” das estruturas produtivas das mercadorias “básicas” do sistema. O que equivale a dizer que qualquer variação da estrutura produtiva do sistema, mesmo que se dê em uma única mercadoria, impõe a construção de uma nova mercadoria-padrão. Ou, ainda: a mercadoria-padrão é uma unidade de conta que só cumpre a sua função “desmistificadora”, impedindo que as variações distributivas afetem a medida de um produto social fisicamente (ou tecnicamente) estável, sob a condição restritiva de que este mesmo produto (ou as especificações técnicas de produção de cada mercadoria) não varie. Donde se conclui que a solução sraffiana do problema ricardiano só é efetiva na medida em que aprisiona o modelo aos escaninhos apertados da “estática comparativa”¹⁷.

Como se isto não bastasse, a “prova” sraffiana só é aceitável como tal se se dá à estabilidade do valor do produto social em termos nominais (ou “monetários”, sendo a “moeda”, aqui, mera unidade de conta) uma importância teórica que ela, em si, não comporta. Na realidade, a descoberta ricardiana de que o valor “monetário” do produto varia quando se altera a relação lucro/salário *mesmo quando se postula a estabilidade física deste mesmo produto* deveria servir, em primeira mão, para uma reflexão crítica em torno do significado da categoria “preço” e de seus limites quando se trata de expressar a “dimensão” do produto social. De certa forma, é isto que Ricardo faz ao insistir na importância e validade da categoria valor-trabalho mesmo após sua descoberta de que esta categoria não traduz (nem determina) os preços relativos.

Já o movimento sraffiano é exatamente oposto. Este autor joga o valor-trabalho no lixo e revaloriza a categoria preço. E isto pela simples razão de que existe uma (única) unidade de conta em que um

produto físico estável se mostra “monetariamente” estável. O que se deve perguntar entretanto é “porque esta unidade de conta é melhor do que as outras?”. Apenas porque ela “prova” o que queríamos ver provado? ... Mas, se for assim, pode-se provar (pelo menos a princípio) que o valor do produto social independe de qualquer variável que se queira. Tudo o que se precisa é construir a “unidade de conta” adequada para que o seu poder de compra sobre o produto social mantenha-se constante quando se faz variar o valor da variável (im)pertinente. ... Mas não, alegam os seguidores de Sraffa. Nosso movimento teórico não é este! Tudo o que quisemos “provar” é que o sistema de preços *pode* expressar a estabilidade produtiva (e, portanto, a oposição salário/lucro) que havia sido *postulada*.

Ora, mas se é assim, é preciso reconhecer que a obra de Sraffa não é capaz de nos fornecer sequer as bases de uma teoria da produção e da distribuição. Enquanto exercício teórico rigoroso de derivação dos preços relativos (sistêmicos) sob *dadas* condições produtivas e distributivas, o que o modelo sraffiano proporciona são elementos (essencialmente não teorizados) para o desenvolvimento de uma teoria (crítica) dos preços.

Mas é preciso ir além. Em particular, é preciso ir-se ao encontro de uma teoria da distribuição que, fugindo dos estreitos escaninhos da “estática”, reconheça e faça operar a complexa interação entre o processo produtivo e o distributivo. O que implica o abandono do campo em que o sistema sraffiano se mostra consistente, e o resgate daquelas duas propostas teóricas antagônicas - o marxismo e o neoclassicismo - que se articulam na segunda metade do século XIX sobre os “despojos” da tradição clássica. Resgate este que, dialeticamente, pressupõe voltar à obra de Ricardo, em busca daqueles filões teóricos que alimentarão as “revoluções” (ou antes, as “reações”) marxista e marginalista.

A interface produção/distribuição em Ricardo (ou “O Ricardo de Marx ... e Marshall)

A forma como Marx apresentará o movimento teórico de Ricardo com relação à categoria valor - e, em particular, a posição do trabalho no interior deste movimento - não pode deixar de surpreender qualquer leitor da obra ricardiana que siga o padrão interpretativo schumpeteriano e/ou sraffiano. Nas *Teorias da mais-valia*, por exemplo, após discutir a

incapacidade dos clássicos pré-ricardianos em definir um ponto de partida claro para suas investigações teóricas, tendo em vista a própria incongruência entre as formas aparentes dos fenômenos econômicos - os preços de mercado, os diversos rendimentos capitalistas - e o conteúdo necessário destas formas - a produção capitalista -, Marx nos dirá:

“Mas, por fim, Ricardo entra em cena e dá o brado no campo da ciência: Basta! O fundamento, o ponto de partida da fisiologia do sistema burguês - para compreender seus nexos orgânicos internos e processo vital - é a determinação do *valor pelo tempo de trabalho*. Daí parte Ricardo e leva então a ciência a abandonar a rotina vigente, a verificar até que ponto as demais categorias por ela desenvolvidas e descritas - relações de produção e de circulação -, formas daquele fundamento, correspondem ao ponto de partida, ou o contradizem; até que ponto a ciência que espelha e reproduz simplesmente as formas aparentes do processo, e assim esses próprios fenômenos, correspondem ao fundamento sobre que repousam os nexos internos, a fisiologia verdadeira da sociedade burguesa, ou o que constitui seu ponto de partida; e em geral como se comporta essa contradição entre o movimento aparente e o real do sistema. Este é portanto o grande significado histórico de Ricardo para a ciência ...”¹⁸

Certamente não é difícil para os leitores de Marx reconhecer na passagem acima - em particular na defesa do (valor)trabalho como o “fundamento” que é distinto das (quando não antagônico às) “formas” a que dá origem - a expressão do movimento teórico e metodológico marxiano. Mas já não é tão fácil reconhecer Ricardo nesta passagem. E isto mesmo quando se reconhece pertinência à pretensão marxiana de identificar uma contradição entre o movimento teórico *pretendido* por Ricardo, e o movimento *efetivamente realizado* por este autor.

Contudo, se a passagem acima não deixa mesmo de confundir - ao induzir ao obscurecimento das diferenças reais e profundas entre as teorias do valor de Ricardo e Marx -, ela carrega um sentido e uma contribuição importante: resgatar a expressão que a dimensão propriamente absoluta do valor (trabalho) tem já em Ricardo.

Para que se entenda este ponto melhor é preciso

ver que a descoberta por parte de Ricardo de que os preços relativos são função, tanto da produção, quanto da distribuição, não coloca apenas a necessidade de desenvolver uma “nova” teoria dos preços. Este movimento (que é o núcleo inconcluso do trabalho de Sraffa) não deixa de ser uma derivação legítima da descoberta ricardiana. Mas não é a questão central de Ricardo, para quem, como vimos acima, os preços são uma espécie de “anti-objeto”. **Na realidade o que interessa a Ricardo é ter uma medida da produto social e setorial que, simultaneamente, seja independente da distribuição e das formas concretas e diferenciadas das mercadorias enquanto “valores-de-uso”, e cujos movimentos relativos sejam consistentes - sem necessariamente se identificarem - com os movimentos dos preços.** Só assim - com a definição de uma medida universal e objetiva do produto - será possível *comparar* a produção (global e setorial) em distintos períodos de tempo, avaliando as consequências distributivas de variações na produtividade do trabalho nos diversos setores econômicos.

Ora, mas em suas origens pré-ricardianas - em Smith, e mesmo antes - a teoria do valor-trabalho é, simultaneamente, uma teoria das relações de intercâmbio e uma teoria da produção. O problema é que, na consciência dos clássicos pré-ricardianos (assim como no “primeiro Ricardo”), a idéia de que a produção fosse mera função do trabalho - vale dizer, que $P = f(T)$ - estava umbilicalmente ligada à idéia de que os preços relativos eram determinados direta e exclusivamente pelas quantidades de trabalho. E é por isso mesmo que **Ricardo aparecerá para Marx como o responsável por uma ruptura: ele terá a responsabilidade de mostrar que o trabalho é o fundamento (e a medida) da produção mesmo não sendo o único fundamento do valor-de-troca.**

Esta tarefa que Marx vê sobre os ombros de Ricardo não pode ser subestimada. Afinal, na medida em que se impõe a ruptura entre preços e trabalho, a idéia de que se possa reduzir o processo produtivo ao processo de trabalho já não parece mais tão “evidente”. Mesmo porque, também parecia “evidente” que os preços seriam função exclusiva do processo produtivo. De tal forma que estas duas “evidências” contraditórias colocam duas alternativas - e não uma única - para a solução da questão aberta pela cisão entre trabalho e preços: ou assume-se que os preços são irredutíveis à

(custos de) produção, ou assume-se que o processo de produção é irreduzível ao processo de trabalho. E a defesa da primeira alternativa, em detrimento da segunda, impõe toda uma discussão teórica que passa necessariamente pela recusa do “tempo” - e sua contrapartida subjetiva, a “espera” - como “fator de produção”.

Mas se a questão posta é clara, a *consistência* da resposta de Ricardo à mesma é muito mais discutível do que Marx parece pretender. Na verdade o próprio *sentido* desta resposta não deixa de carregar uma ambiguidade que se refletirá no fato expressivo de Marshall (e, antes dele, Nassau Senior) reivindicar, ao lado de Marx, direitos na herança ricardiana.

Do nosso ponto de vista a insuficiência da resposta de Ricardo começa pelo caminho escolhido por este autor para fazer a defesa do trabalho como fundamento e medida do valor. Ao invés de se voltar para uma teorização específica do trabalho (que, aparentemente, lhe soa redundante) ou do processo (re)produtivo industrial (demonstrando que ele é um processo que, de fato, se realiza *no presente*, de tal forma que o “tempo” só afeta os preços tendo em vista a equação distributiva), Ricardo centra sua defesa da exclusividade do trabalho como fundamento e medida do produto no fato de ser este o único “custo real” de produção. Este é o tema central do vigésimo capítulo dos *Princípios*, intitulado “Valor e Riqueza - suas qualidades específicas”, que já se inicia com a afirmação:

“... o valor difere essencialmente da riqueza porque o **valor depende não da abundância, mas da facilidade ou dificuldade da produção**. O trabalho de um milhão de homens nas manufaturas produzirá sempre o mesmo valor, mas não produzirá sempre a mesma riqueza. [Vale dizer,] **tudo aumenta ou diminui de valor em proporção à facilidade ou dificuldade de sua produção, ou, em outras palavras, em proporção à quantidade de trabalho empregada em sua produção**”¹⁹.

Só que a priorização da dimensão “negativa” do trabalho - do trabalho enquanto “sacrifício” - não deve ser sobrevalorizada aqui. Ela não implica qualquer negação da dimensão “positiva” deste, como a própria identificação dos processos de trabalho e produção já deixa antever. Na verdade, a opção ricardiana em centrar sua discussão do trabalho na dimensão “custo real” se explica pela clareza que este autor tem do fato de que a cisão

entre trabalho e preços não pode ser absoluta(izada), sob pena de se perderem os elos centrais de sua teoria da distribuição. Ou, dito de outro modo: o (valor)trabalho não precisa (nem pode!) se identificar aos preços; mas *os movimentos do valor têm de impor movimentos nos preços de igual sentido*, ou não se poderá mais pretender que as variações na produtividade do trabalho agrícola afetem o preço dos cereais e, conseqüentemente, os salários e os lucros.

Ora, pretender que o valor-trabalho tem de ser uma unidade de conta da produção (vale dizer, que tem de ser uma categoria essencialmente distinta do preço, que é uma categoria da produção *e da distribuição*) cujos movimentos têm de expressar os *movimentos* dos preços, é o mesmo que dizer que dentre as múltiplas características do trabalho, importa resgatar aquela que, em si, traduz esta dualidade: a dimensão de único custo social-real de produção.

A insuficiência do movimento ricardiano, contudo, fica evidente no fato de que o mesmo, ao não esclarecer a “intromissão do tempo” no sistema de preços, e ao pretender que o valor deva espelhar um “custo real”, não pode deixar de abrir a porta à teoria da “espera”. E aí não importa que Ricardo em momento algum tenha sinalizado positivamente para esta perspectiva teórica. Ao trazer à tona o papel do “tempo” no processo de formação de preços, Ricardo pôs uma discussão. E a forma como a discussão foi posta - como subproduto da crítica da relação trabalho/valor-de-troca - já articulava as categorias “tempo” e “lucro”²⁰.

Este subproduto inesperado (e indesejado) da cesura entre trabalho e preços só poderá se desenvolver efetivamente como fundamento de uma “nova” teoria dos lucros (com pretensas raízes em Ricardo) em função das próprias insuficiências da teoria estritamente ricardiana dos lucros. Senão vejamos.

Desde logo, é preciso que se admita que a popular e equivocada leitura que faz da teoria ricardiana dos **preços** - enquanto categoria de apropriação que se resolve nas distintas categorias de rendimento e que se distingue do (valor)trabalho - uma teoria dos “custos de produção” não é gratuita. Como Marshall tão (oportunistamente) bem lembrou, em mais de um momento Ricardo parece incorporar os lucros nos “custos de produção”²¹.

Ora, incluir os lucros nos “custos de produção” não é incompatível com uma teoria do excedente; desde que se tome o “custo” subjacente ao lucro como mero custo de oportunidade. Só que esta caracterização - que, diga-se de passagem, não é explícita em Ricardo - coloca toda uma outra série de questões, tais como: qual é a “oportunidade” mais geral alternativa ao lucro?; o juro? e, em caso afirmativo, qual o fundamento do juro?; o que o distingue do próprio lucro?; pode-se pretender que o lucro seja sistematicamente superior ao juro?; e, em caso afirmativo, o que impede os empresários de aumentarem a produção, impulsionando uma queda de preços que levaria os lucros a se igualarem ao “custo financeiro de oportunidade”? algum tipo de “poder de monopólio” das firmas capitalistas?

Evidentemente, é ocioso buscar na obra de Ricardo respostas articuladas e sistemáticas para este conjunto de questões. E esta ausência não poderia deixar de alavancar projetos teóricos alternativos. Só que - ao contrário do que tenderia a afirmar um intérprete dos *Princípios* influenciado pela perspectiva analítica de Schumpeter e Sraffa -, em Ricardo não há apenas silêncio sobre estas questões. Há respostas, que se escondem nos capítulos “periféricos” de sua obra, e que são apresentadas em uma terminologia inadequada e rudimentar. Contudo, se se resgatam estas respostas, e se as traduzimos na terminologia que os economistas contemporâneos estão habituados a usar, fica claro que, se as mesmas não são incriticáveis, elas são rigorosas, e carregam consigo os germes de alguns dos principais desenvolvimentos teóricos das escolas marxista e neoclássica.

Em primeiro lugar, é preciso ver que, rigorosamente dentro da tradição smithiana, Ricardo parte do lucro como categoria nuclear do sobretrabalho. O que significa dizer que o juro só pode ser pensado como parte (como parcela mesmo) do próprio lucro, e não pode ser o ponto de partida da explicação deste último. A relação quantitativa entre lucro e juro fica em aberto, mas não a relação teórica entre as duas categorias. O que já implica o reconhecimento de que, se há um “custo de oportunidade” para o investimento capitalista, a referência deste “custo” só pode ser o próprio “lucro”, tomado enquanto “lucro normal”. O que se deve perguntar, então, é o que explica este “lucro normal”? E o seu fundamento é, explicitamente, o fato dos salários não serem tão altos a ponto de

impor a apropriação do conjunto do produto social pelos trabalhadores. E o excedente gerado pela diferença entre a produtividade do trabalho e o custo salarial é apropriado por aqueles que controlam as “condições de trabalho” - máquinas, insumos, terras, etc. -, os capitalistas e terratenentes.

Ora, em termos “modernos” um tal sistema não pode definir uma situação de equilíbrio. Afinal, na concepção neoclássica, se o sistema é competitivo e o lucro não corresponde a qualquer “custo real”, os empresários, premidos pela competição e pelo ingresso de novos produtores, teriam de levar a acumulação até o ponto em que o lucro cessasse. ... Sem dúvida, esta é uma conclusão lógica. Mas ela não contradiz em nada o sistema ricardiano. **Pois os empresários ricardianos fazem exatamente o que os economistas neoclássicos exigem: levam a acumulação até a cessação dos lucros!** Mas este é um processo lento, que só se completa quando se atinge o “estado estacionário”. Até lá, a acumulação - que se mostra impositiva justamente porque o empresário ricardiano não exige um lucro mínimo para suas aplicações de capital - recoloca de forma ampliada a demanda sobre a nova produção. Vale dizer, a acumulação garante a realização da “lei de Say” em termos dinâmicos, de tal forma que, enquanto os custos de produção se mantiverem constantes, o sistema econômico que resultará do processo de investimento será uma réplica ampliada do sistema de onde se partiu, com a mesma taxa e margem de lucro. Se e somente se estes custos de produção forem crescentes - como o são na agricultura -, os lucros decrescerão, cessando na medida em que o custo médio (que é idêntico ao custo marginal no caso da indústria²²) igualar o preço de oferta (que, via de regra, será o custo médio mais o lucro normal). Mas se a indústria ricardiana opera em condições plenamente competitivas - onde não há “barreiras à entrada”, e as firmas são meras tomadoras de preços que se deparam com uma curva de demanda perfeitamente elástica - com “custo marginal” constante, então, **o sistema ricardiano é, a despeito da “lei de Say”, um sistema de desequilíbrio, onde o caráter compulsivo da acumulação já se deriva do fato de que as firmas vivem uma situação onde o custo marginal é cronicamente inferior à receita marginal.** Só que o fato de ser um sistema “desequilibrado” (em termos “modernos”) não o faz, nem indeterminado, nem logicamente inconsistente. Pelo contrário: quando o reconhecemos como um sistema de

desequilíbrio, o que vem à tona imediatamente é a surpreendente similaridade do sistema ricardiano com o sistema schumpeteriano mais simples. Tanto em Ricardo quanto no Schumpeter da *Teoria do desenvolvimento econômico* os juros se subordinam aos lucros, que são uma categoria de “desequilíbrio” em permanente processo de negação a partir da inversão compulsiva que conduz ao estado estacionário (“fluxo circular”). A diferença substantiva entre os dois sistemas é apenas o fato de que o “fluxo circular” de Ricardo só é atingível no longo prazo. E isto porque a taxa de salário em Ricardo se mantém estruturalmente baixa!

A questão que fica em aberto, então, é a justificativa para esta tendência estrutural de rebaixamento da taxa de salário em Ricardo. Já vimos acima que esta tendência não pode ser explicada pela “lei da população de Malthus”. Há que se ver, pois, como Ricardo equaciona esta questão. Ou, dito de outra forma: como é possível que um sistema competitivo em “desequilíbrio dinâmico” submetido a uma crônica “compulsão à acumulação” não gere uma demanda crescente sobre o mercado de trabalho capaz de alavancar a taxa de salário até o esmagamento dos lucros?

A resposta à questão anterior se encontra na teoria ricardiana do progresso técnico. Como se sabe, os limites e possibilidades de substituição de “homens” por “máquinas” é um tema recorrente nos *Princípios*, que emerge já no seu primeiro capítulo. Será, contudo, apenas no penúltimo capítulo desta obra - intitulado “Sobre a Maquinaria” - que Ricardo apresentará de forma mais clara sua leitura sobre o progresso técnico. Segundo este autor:

“Todo aumento de capital e de população é acompanhado por um crescimento do preço dos alimentos, pois sua produção será mais difícil. A consequência de um aumento no preço dos alimentos será uma elevação dos salários e todo o aumento de salários induzirá, em maior proporção do que antes a que o capital poupado seja utilizado em maquinaria. **As máquinas e o trabalhador mantêm-se em constante competição, e as primeiras frequentemente só podem ser utilizadas se o preço do trabalhador se elevar.**

Na América e em muitos outros países, onde os alimentos são facilmente obtidos, não existe uma tentação tão grande ao uso de maquinaria como na

Inglaterra, onde a alimentação é cara e custa muito trabalho produzi-la. A mesma causa que eleva o preço do trabalho não eleva o valor das máquinas e, portanto, a cada aumento de capital, uma proporção maior dele será empregada em maquinaria. Com o aumento do capital a demanda de trabalhadores aumentará mas não na mesma proporção desse aumento: a taxa será necessariamente decrescente.”²³

Não é difícil perceber que o que Ricardo desenvolve aqui é uma teoria da demanda de trabalho. Seu ponto de partida é o reconhecimento de que “as máquinas e o trabalhador mantêm-se em permanente competição”; vale dizer: dado um certo patamar de domínio técnico-científico, coexistem distintas alternativas de relação capital/trabalho (ou, se se preferir, de relação trabalho-morto/trabalho-vivo), e a opção por uma dada alternativa é feita em função da relação “preço do maquinário”/“preço do trabalho vivo”.

Mas se é assim, a análise ricardiana fornece o próprio núcleo da teoria neoclássica da determinação da técnica de produção sob condições de estabilidade da função de produção; e, consequentemente, fornece o núcleo da função demanda de trabalho nesta escola. A idéia central, como se sabe, é a de que, dada a substitubilidade entre insumos físicos e trabalho (que se define como uma taxa de substituição técnica que varia de acordo com o grau de “poupança” relativa já efetuado em um determinado fator de produção qualquer), a intensidade relativa do uso de quaisquer insumos físicos *vis-à-vis* o trabalho vivo depende do preço relativo destes “insumos”, de tal forma que, maior a taxa de salário, menor a incorporação de mão-de-obra, e vice-versa²⁴.

A diferença - sutil, mas substantiva - entre os desenvolvimentos de Ricardo e o tratamento neoclássico da questão diz respeito à temporalidade em que o *trade-off* entre máquinas e trabalho vivo pode se impor. Para Ricardo - que restringe aquele *trade-off* ao maquinário, excluindo qualquer insumo físico que faça parte do capital circulante -, as variações na taxa de salário só podem afetar a incorporação de mão-de-obra a partir de variações no padrão técnico definido para as *novas inversões de capital*. As plantas já construídas tem de operar com um padrão técnico dado, com uma relação trabalho-morto/trabalho-vivo dada. De tal forma que

qualquer elevação salarial só vai resultar em redução da taxa e da margem de lucro apropriável nos segmentos já implantados, sem qualquer consequência sobre a incorporação de mão-de-obra nos mesmos.

Mas, por isto mesmo, a descoberta ricardiana da inclinação negativa da função demanda de trabalho não pode resolver o seu problema de explicar a relativa estabilidade dos salários sob um regime de acumulação acelerado. Se a curva de oferta de trabalho não for perfeitamente elástica - e Ricardo admite que a mesma não o é no prazo relevante²⁵ - a taxa de salário deve se elevar significativamente (tanto em termos de "valor" quanto de "valor-de-uso") ao longo do movimento de acumulação antes mesmo que se elevem os custos de produção dos cereais.

Mas o modelo distributivo dinâmico de Ricardo não se mantém em pé sem a pressuposição de que os salários apresentam uma estabilidade estrutural ao nível dos valores-de-uso necessários à reprodução da classe trabalhadora. Ricardo é levado, assim, a procurar a solução deste impasse no resgate do progresso técnico como fonte de poupança *absoluta* (ao invés de meramente relativa) de trabalho vivo. Vale dizer, o desdobramento efetivamente relevante do progresso técnico não diria respeito à possibilidade de poupança *relativa* de mão-de-obra a partir da incorporação de tecnologias maquinário-intensivas como *resposta* a um movimento anterior de elevação do salário em horas de trabalho. Ele diz respeito, isto sim, à possibilidade de poupança *absoluta* de mão-de-obra, a partir do rebaixamento do custo de produção do maquinário e dos insumos físicos em geral²⁶. É por não haver se apercebido desta possibilidade anteriormente que Ricardo faz a célebre autocrítica do capítulo XXXI, onde diz:

"Meu erro consistia em supor que sempre que o rendimento líquido da sociedade aumentasse, seu rendimento bruto também aumentaria. Agora, no entanto, tenho razões suficientes para pensar que o fundo de onde os proprietários de terra e os capitalistas obtêm o seu rendimento pode aumentar enquanto o outro - aquele de que depende principalmente a classe trabalhadora - pode diminuir. Consequentemente, se estou certo, a mesma causa que pode aumentar o rendimento líquido do país, pode ao mesmo tempo tornar a população excedente e deteriorar as condições de vida da população."²⁷

Ora, não há como deixar de saudar este "achado" ricardiano. Formalizado, proporcionará o núcleo da teoria neoclássica do progresso técnico. E, articulado à teoria da alienação e da mais-valia relativa, fundamentará a leitura marxiana da "lei geral da acumulação capitalista", que se desdobra na lei de tendência à negação do trabalho vivo.

Só que a "produtividade teórica" da descoberta de Ricardo não se esgota aí. Contraditoriamente, o principal subproduto da descoberta de que o sistema pode se reproduzir ampliadamente com poupança líquida de mão-de-obra é pôr por terra a teoria distributiva de Ricardo. E isto tanto na dimensão dinâmica quanto estática desta teoria. Afinal, ao reconhecer que a demanda por "trabalho" é não apenas uma função decrescente da taxa de salário, mas é uma função instável da mesma - com o progresso técnico recorrentemente deprimindo a demanda de trabalho vivo alavancada pela acumulação -, Ricardo destrói com a fundação de sua tese da inexorabilidade do crescimento da renda e dos salários em detrimento do lucro. E, ao lado disto, ao reconhecer que a tecnologia - um objeto de decisão capitalista - não é neutra em termos distributivos, Ricardo compromete a caracterização do lucro como mero resíduo, que é o núcleo de sua teoria distributiva "estática".

E não há como subestimar o peso destes resultados para a sustentação do projeto teórico ricardiano mais geral, assentado na crença de que a Economia Política é a ciência "necessária e suficiente" para o desenvolvimento de prognósticos rigorosos em torno da evolução do sistema econômico. Esta crença - que se desdobra na crença em uma "política econômica científica", voltada ao enfrentamento dos desdobramentos mais perversos da evolução (teoricamente antecipada) do sistema - sofrerá o golpe associado à revelação da interdependência estrutural e complexa dos sistemas produtivo (com suas conexões técnico-científicas), distributivo (com suas conexões histórico-institucionais) e de formação de preços (cuja articulação aos outros dois sistemas se mostra não apenas lógica, mas teoricamente complexa, pois mediada pela desconhecida *instituição* chamada mercado).

Não há como estranhar-se, portanto, que a falência do modelo dinâmico distributivo ricardiano tenha conduzido à "crítica da economia política". Ele solicita esta crítica. E ela se fará; duplamente.

Em uma primeira versão, afirmativa (pois que preserva os objetivos prospectivos e pragmáticos da investigação científica), a crítica se estrutura dentro de um projeto de *transcendência* da economia política, através da *internalização* para si dos objetos que a tradição clássica considerava exógenos e pensava poder tratar como “dados”. A segunda versão da crítica, negativa, estrutura-se dentro de um projeto de *circunscrição* do objeto da economia, extirpando-lhe suas veleidades “políticas”, para constituí-la como “ciência pura”. Neste movimento, abrir-se-á mão de teorizar “tendências”, bem como de qualquer tentativa de estruturar a “política econômica” sobre bases científicas. Tudo o que importa é o desenvolvimento de um instrumental que permita aprisionar teoricamente o jogo de interações das variáveis econômicas, de tal forma a trazer à luz as infinitas possibilidades postas no mesmo, bem como sua solução pelo mercado.

Mas se estes dois projetos críticos são antagônicos, o que não se pode perder de vista é sua raiz comum. Tal como procuramos demonstrar aqui, ambos são filhos legítimos do que há de mais rico em Ricardo: sua teoria da produção, base necessária (e quase suficiente) da crítica de sua teoria “pura” da distribuição.

Notas

¹ Do nosso ponto de vista, mesmo uma corrente tão aparentemente anti-ricardiana como o keynesianismo é - ao nível metodológico - amplamente devedora da tradição teórica aberta por Ricardo. Esta tese não é nova. Repetidamente esgrimida por Schumpeter (com objetivos críticos aos dois autores assim vinculados), ela encontra em Pasinetti uma formulação rigorosa. Vide a este respeito, SCHUMPETER, J.A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, Livro III p. 175 e Livro V p. 494; e PASINETTI, L. “A economia da demanda efetiva”. In: *Crescimento e distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (especialmente a sexta seção deste texto, intitulada “Características ricardianas da análise de Keynes”).

² SCHUMPETER, J.A. Op. cit., Livro III, p. 232.

³ SCHUMPETER, J.A. Op. cit. Livro III, p. 124.

⁴ Tal como a cláusula *coeteris paribus* (ou, talvez, até mais do que esta), o uso da cláusula “*as if*” como instrumento analítico caracteriza o padrão neoclássico de modelagem. O uso desta cláusula funda-se na presunção racionalista de que é possível extrair-se projeções econômicas (e recomendações de política econômica) de modelos teóricos assentados na abstração de aspectos particulares de uma dada realidade econômica, uma vez que estes últimos - a despeito de detectáveis empiricamente - não são “universais”, mas contingentes e inessenciais. Como a direção e o sentido do movimento econômico são definidos pelas determinações universais-essenciais, a modelagem científica é aquela que preserva estas determinações, ao mesmo tempo que

pretende que a economia se reproduza “como se” se encontrasse nas condições competitivas, institucionais, tecnológicas, etc., mais simples. Para a defesa deste ponto de vista, vide FRIEDMAN, M. “The methodology of positive economics”, In: *Essays in positive economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

⁵ MARX, K. *Teorias da Mais-Valia* (Vol. II). São Paulo: DIFEL, p. 597.

⁶ Vide a este respeito o capítulo XVI da *Teorias da Mais-Valia*; em particular o primeiro item da terceira seção deste capítulo, intitulado “Pressupostos falsos da concepção ricardiana da taxa decrescente de lucro.” Op. cit., pp. 868 e segs.

⁷ MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 113 (Os Pensadores).

⁸ RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 39.

⁹ Voltaremos a este ponto na terceira seção deste trabalho.

¹⁰ Como Ricardo o explicita em RICARDO, D. Op. cit. p. 83.

¹¹ Este ponto é absolutamente crucial, e será objeto de consideração mais detalhada na terceira seção deste trabalho. Contudo, vale a pena observar desde já que Ricardo tem plena consciência de sua dificuldade, e as tentativas de reduzir sua leitura do (complexo) problema da adequação recíproca da oferta e da demanda de trabalho à leitura malthusiana dos determinantes do crescimento populacional é uma das maiores injustiças feitas à sua obra. Ainda no capítulo “Sobre os salários” (vale dizer, antes de avaliar teoricamente o processo de introdução de progresso técnico) Ricardo já nos diz: “Em novas colônias, onde se introduzem as técnicas e conhecimentos de países muito mais adiantados, o capital tende provavelmente a crescer mais rapidamente que a população. Se essa falta de trabalhadores não fosse superada por intermédio de países mais populosos, aquela tendência provocaria uma grande elevação no preço do trabalho. ... Embora seja provável que, nas condições mais favoráveis, o crescimento da produção continue sendo maior do que o da população, essa situação não se manterá por muito tempo, uma vez que a terra é limitada em quantidade, e diferindo em qualidade a cada sucessiva porção de capital nela empregado, corresponderá uma taxa decrescente da produção, enquanto que o crescimento da população se mantém sempre o mesmo.” RICARDO, D. Op. cit. p. 84. Vale dizer: a imigração de trabalhadores e a diminuição da taxa de lucro (definida pela elevação salarial, associada à pressão de demanda sobre o trabalho e à produção em terras menos férteis) cumprem papéis tão importantes (ou mesmo mais) que a “lei da população de Malthus” na limitação (e “auto-ajustamento”) das discrepâncias entre a “taxa de mercado” e a “taxa natural” de salário.

¹² SCHUMPETER, J.A. Op. cit. pp. 233 e 234. É de se notar nesta passagem de Schumpeter o reconhecimento de que Ricardo nem sempre se atinha à “estranha idéia” de que produção e distribuição fossem processos estanques e autonomizados. Este “outro lado” de Ricardo é justamente o objeto de nossas considerações na seção terceira deste trabalho.

¹³ As passagens entre aspas reproduzem parcialmente os títulos das duas seções dos *Princípios* referidas acima. Cf. RICARDO, D. Op. cit., p. 52 e p. 57.

¹⁴ SCHUMPETER, J.A. Op. cit., p. 267.

¹⁵ Como se pode perceber, esta equação é (descontado o fato de

que, acima, preferimos seguir Ricardo, e fizemos a taxa de lucro incidir sobre o salário pago na produção corrente) a equação a que chega Sraffa no capítulo sexto - "Redução a quantidades de trabalho datadas" - de sua obra já referida. Vide SRAFFA, P. *Produção de Mercadorias por meio de mercadorias*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 204.

¹⁶ "Não poderia - pergunta Ricardo - o ouro ser considerado como uma mercadoria produzida com as proporções dos dois tipos de capital mais próximas possíveis da quantidade média empregada na produção da maior parte das mercadorias? Não poderiam tais proporções ser tão aproximadamente equidistantes dos extremos - num dos quais se emprega pouco capital fixo, noutro pouco trabalho -, que seriam um justo meio-termo entre ambos?" RICARDO, D. Op. cit. p. 60.

¹⁷ Ou, como Sraffa mesmo o reconhecia, em sua obra "não se considera variação alguma no volume de produção, nem ... variação alguma nas proporções em que os diferentes meios de produção são utilizados por uma indústria". SRAFFA, P. Op. cit. p. 175. O que não será, evidentemente, nem porque estas variações sejam insignificantes teoricamente no plano da economia clássica-ricardiana, nem porque objetivamente elas sejam irrelevantes. Elas só não são consideradas porque, se o fossem, o arcabouço teórico montado por Sraffa ruiria.

¹⁸ MARX, K. *Teorias da Mais-Valia* (Vol. II). São Paulo: Difel, 1983, p. 598.

¹⁹ RICARDO, D. Op. cit. p. 189 (os grifos são meus).

²⁰ O que permite a Marshall dizer: "Parece difícil imaginar como [Ricardo] poderia ter posto mais vigorosamente o fato de que o Tempo ou a Espera, tanto quanto o trabalho, é um elemento do custo de produção, do que ocupando com esse estudo o seu primeiro capítulo." MARSHALL, A. *Princípios de Economia* (Vol. II). São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 394.

²¹ No Apêndice I dos *Princípios* Marshall resgata a afirmação de Ricardo de que os lucros fariam parte do custo de produção logo após a passagem reproduzida na nota anterior. O mais interessante, contudo, é que Marshall extrai a sua citação do final da sexta seção do capítulo primeiro da obra de Ricardo, onde este autor está justamente esclarecendo que, a princípio, os preços são *proporcionais* aos custos, só podendo ser caracterizados como *iguais* a eles na *eventualidade* de se considerar "como custo o 'custo de produção', incluindo lucros". A descontextualização evidente e consciente da passagem citada não deve servir, contudo, para descaracterizar o movimento marshalliano de tomar Ricardo como referência. Como veremos adiante, a referência de Marshall em Ricardo é legítima, só que ela não diz respeito à teoria do valor.

²² Para Ricardo, no curto prazo - vale dizer, quando a estrutura produtiva pode ser considerada dada - a relação capital/trabalho (ou, antes, a relação máquinas/homens) é constante até o nível de plena utilização da capacidade. E qualquer tentativa de ir além deste limite é irracional e anti-econômico, pois à medida que o capital fixo encontra-se plenamente utilizado, a produtividade marginal dos insumos variáveis é próxima de (ou mesmo igual a) zero.

²³ RICARDO, D. Op. cit. p. 266 (o grifo é meu).

²⁴ Vale a pena observar que o reconhecimento da relação inversa entre preço e quantidade demandada de qualquer insumo é o

outro lado do reconhecimento de que só é rentável a incorporação de um insumo enquanto o valor do produto que ele proporciona exceder o que ele custa (ou, em termos "modernos", enquanto o valor do produto marginal do insumo for superior ou igual ao custo do mesmo). Este princípio parece ser incompatível com a leitura ("desequilibrista") ricardiana onde o valor do produto físico marginal (VPMg) do trabalho é sempre superior à taxa de salário. Ocorre contudo que a forma mais geral (e mais rigorosa) deste princípio neoclássico não exige a *igualdade* do VPMg com o preço (P) do insumo, mas com o seu "custo total", incluindo-se aí o seu custo de oportunidade *vis-à-vis* os insumos físicos alternativos. Nesta formulação tudo o que importa é que a rentabilidade *por unidade de custo* seja uniforme para o conjunto dos insumos, tal que $VPMg_1/P_1 = VPMg_2/P_2$. E nesta formulação a compatibilidade com o modelo ricardiano é inquestionável. Além disso, na agricultura - onde Ricardo admite que a produtividade marginal do trabalho é decrescente no curto prazo (como sua teoria da "renda intensiva" deixa claro) a identidade da leitura ricardiana com o caso neoclássico mais simples é imediata. Neste sentido, poder-se-ia dizer que as teorias neoclássica do equilíbrio da firma e da distribuição são generalizações "equilibradas" da teoria ricardiana do progresso técnico e da renda intensiva.

²⁵ A despeito do rápido deslocamento da curva de oferta de curtíssimo prazo, que (como vimos acima) Ricardo associa, antes à "imigração" (ou, em sentido mais geral, à atração de trabalhadores da periferia do sistema para o mercado industrial), do que a "lei" malthusiana da população.

²⁶ Vale a pena observar que a distinção é a que fornece os fundamentos para a distinção neoclássica entre deslocamento *sobre* uma função de produção e deslocamento *da* função de produção. Rigorosamente falando, o progresso técnico diz respeito apenas ao último movimento.

²⁷ RICARDO, D. Op. cit. p. 262.